



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE HISTÓRIA**

CRIZEUDA GUILHERME SANTOS

**APONTAMENTOS E PERSPECTIVAS SOBRE A HISTÓRIA DOS ÍNDIOS
POTIGUARAS NA PARAÍBA**

**GUARABIRA
2018**

CRIZEUDA GUILHERME SANTOS

**APONTAMENTOS E PERSPECTIVAS SOBRE A HISTÓRIA DOS ÍNDIOS
POTIGUARAS NA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Licenciatura em História.
Área de concentração: História e Estudos Culturais: Etnias, Gênero e crenças.

Orientadora: Ms. Naiara Ferraz Bandeira Alves

**GUARABIRA
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237a Santos, Crizeuda Guilherme.
Apontamentos e perspectivas sobre a história dos índios Potiguaras na Paraíba [manuscrito] / Crizeuda Guilherme Santos. - 2018.
8 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Profa. Ma. Naiara Ferraz Bandeira Alves ,
Coordenação do Curso de História - CH."
1. Potiguaras. 2. História indígena. 3. História dos índios. I.
Título

21. ed. CDD 981.33

CRIZEUDA GUILHERME SANTOS

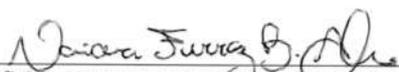
**APONTAMENTOS E PERSPECTIVAS SOBRE A HISTÓRIA DOS ÍNDIOS
POTIGUARAS NA PARAÍBA**

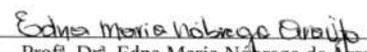
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Graduação em Licenciatura em História.
Área de concentração: Licenciatura em
História.

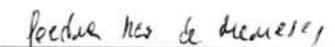
Orientadora: Me. Naiara Ferraz Bandeira
Alves

Aprovada em: 30/08/2018

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Me. Naiara Ferraz Bandeira Alves (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a. Dr.^a. Edna Maria Nóbrega de Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a. Dr.^a. Joedna Reis de Meneses
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu pai, a minha avó paterna pelo apoio e compreensão, como também, *In memoriam* da minha mãe e de Marisa, pela força e luz, DEDICO.

.

AGRADECIMENTOS

À Deus que estava comigo o tempo todo, na minha vida e dentro de mim.

Ao meu pai Tarcísio Perreira, por ter paciência com meus estresses, me apoia, por se orgulhar de mim e confiar que eu ia conseguir realizar nosso sonho.

À minha avó paterna Teresinha por ter orgulho por eu estar terminando o curso superior.

A minha mãe *In memoriam* Margarida Guilherme por ser seu sonho me ver formada em um curso superior, por mais, que ela não esteja aqui em presença física, mas sua presença senti ao meu lado no decorrer da minha trajetória, dando me força para continuar a caminhada.

À todos da coordenação do curso de Licenciatura em História, por aguentar meu abuso, principalmente a *In memoriam* Marisa Tayra por me ajudar no começo do curso e a Naiara Ferraz no fim do curso, pelas sugestões de leitura.

Ao meu orientador pelas sugestões de leituras e as correções no meu trabalho.

À minha professora Edna Nóbrega Araújo por se preocupar comigo.

Aos professores do Curso de Licenciatura em História da UEPB, em me aguentar esse tempo todo e não só me ensinar e que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento de minha trajetória acadêmica, mas também eles me mostraram valores e princípios que eu quero carregar em minha vida inteira.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos amigos e colegas, principalmente Daniel Alcântara pelo apoio, compreensão e ajuda, Christian Eduardo pelo seu apoio e pelas leituras que foi de muita ajuda. A Danilo Fernandes, Antônio Carlos, Renata Araújo, Jeangela Ferreira Nascimento por ser amigo da jornada da vida e pelos momentos de amizade, como também meu noivo Luciano Ellan, por ser companheiro e amigo, e pelo o amor e apoio.

“A jornada é o que nos traz a felicidade e não o destino”

(Filme : Poder Além da Vida).

Meu muito obrigada a todos!!

“Porque o meu irmão índio também me ensinou o valor da terra, o amor pelo chão e por seus frutos”.

Mylena Marquezini

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO
2	O QUE É ÉTNO-HISTÓRIA OU HISTÓRIA INDÍGENA?.....
3.	ETNO-HISTÓRIA POTIGUARA.....
3.1	<i>Os Potiguaras na Paraíba.....</i>
3.2	<i>Estrutura e território Potiguara na atualidade.....</i>
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....
5.	REFERÊNCIAS.....

APONTAMENTOS E PERSPECTIVAS SOBRE A HISTÓRIA DOS ÍNDIOS POTIGUARAS NA PARAÍBA

Crizeuda Guilherme Santos ¹

RESUMO

A História dos índios Potiguaras na Paraíba vem sendo contada ao longo do tempo, com diferentes etapas, em relação ao posicionamento e a forma de ser perceber a atuação do conquistador (português). Diferenças, estas, correlacionadas, especialmente em relação às práticas de conquistas, objetivos e às perdas da população indígena, já que o que foi considerado no século XVI como um processo corajoso de conquistas é percebido nos dias atuais, em estudos vinculados à etno-história, como uma prática de genocídio motivada pela escravização desta população. O fato é que este povo, descrito com extremamente bravo pelos relatos dos exploradores do século XVI, continua resistindo e existindo nos dias atuais. E foi exatamente por esta força e as formas de sobrevivência encontradas pela população potiguar na Paraíba que motivaram a nossa pesquisa. Esta por sua vez está fundamentada pela etno-história com a utilização de fontes documentais oficiais, informações do Senso Demográfico feito em 2010 pelo IBGE e no site da FUNAI, entre os autores que dialogaram com as nossas fontes podemos destacar: CUNHA (1992); CARDOSO (2012); CARVALHO (1992).

Palavras-Chave: Etno-história; Potiguaras; Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho está voltado para se entender um pouco sobre a Etno-história, ou História dos povos indígena, no texto destacamos o processo de desenvolvimento e ampliação dos estudos relacionados ao processo histórico das populações que habitavam as terras que hoje correspondem ao Brasil, muito, antes da presença europeia. Desta forma, utilizamos as perspectivas, definições e propostas deste campo de análise para a realização desta pesquisa. Entre outras questões fundamentais o que a etno-história produziu, em especial, a partir dos anos 90 do século XX é a ampliação das pesquisas e a percepção da multiplicidade de culturas e povos presentes no Brasil. Semanticamente deixamos de ter o índio para identificar os *índios*.²

¹ Aluna de Graduação em Licenciatura em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
Email: cris.santos_gba@hotmail.com

² O próprio termo *Índios* para designar os povos pré-cabralinos que habitavam o Brasil do século XVI, denota um preconceito e reforça o equívoco inicial de Cristóvão Colombo, ao cogitar ter chegado às Índias e não estar diante de um continente até o momento não catalogado pelos europeus seiscentistas. (CUNHA, 1992, p. 45).

O conteúdo deste trabalho, também, aborda de forma mais específica a Etno-história dos Potiguaras/ PB, de sua construção e desenvolvimento, ao longo do tempo passado, com suas lutas de resistência, que muitas vezes configurava-se como um cenário que envolvia sangue, massacres, morte, dor, sofrimento, desespero, sobrevivência, coragem de lutar e esperança de mudar suas situações. E foi essa coragem e essa esperança que impulsionou os Potiguaras a sobreviver e manter as características específicas de sua etnia.

Diante disso, este trabalho, também, se apresenta como uma ferramenta poderosa para ajudar nos estudos e nas pesquisas sobre os potiguaras, a partir do momento que reúne resultados de diferentes órgãos que mapearam a presença deste povo na Paraíba, o IBGE e a FUNAI. No o Senso Demográfico de 2010, encontramos informações que podem ser utilizadas nos estudos e pesquisas sobre os indígenas, à exemplo dos Potiguaras da Paraíba, mapeando a situação deles na atualidade.

No site oficial da FUNAI, pesquisamos sobre a legislação das terras dos Potiguaras na Paraíba. Mas, também, tem informações sobre a infraestrutura das aldeias, o tamanho da população Potiguaras e a extensão das terras, como até a composição do solo destas terras.

2. O QUE É ETNO-HISTÓRIA OU HISTÓRIA INDÍGENA?

Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1992), afirmava no início da década de 90 do século XX, pouco se escreveu em relação a história indígena, que nem a sua origem, ou que mesmo nem as cifras da população indígena são seguras, muito menos o que realmente aconteceu nos fatos passados da História indígena. Ainda de acordo com a autora encontrava-se melhor divulgada a Etno-história que continuou a progredir, e que naquele momento estava mais clara do que era antigamente, pelo menos, em sua extensão do que não se sabia sobre os povos indígenas.

Cunha (1992) destaca que a historiografia do século XIX produziu certas armadilhas entre elas à ilusão de primitivismo disseminada pelas teorias evolucionistas, divulgando a ideia de que certas sociedades estariam na estaca zero da evolução, e, que as sociedades sem Estados se tornaram, isso na teoria ocidental, sociedades “primitivas”, condenadas a uma eterna infância, pois elas tinham assim parado no tempo, com isso não cabia procurar-lhe sobre sua história, contudo a partir das primeiras décadas do século XX, a história dos povos indígenas orientada pela metodologia da Etno-histórica tem sido tema de numerosos trabalhos na América do Norte, na Austrália e na região do Pacífico.

Que de acordo com Cavalcante (2011), que cita o primeiro registro do uso do termo Etno-história foi datada em 1909, quando Clark Wissler referir-se à uma utilização de documentos escritos, como também dados arqueológicos para poder reconstruir a história de culturas indígenas. Destaca, ainda, que inicialmente a Etno-história foi ligada apenas ao estudo de sociedades culturalmente não ocidentais e ágrafas. Que se pretendia que fosse só a história de povos ágrafos, que seria escrita a partir das fontes produzidas por outros povos, predominante no período colonial. Ou seja, de acordo com essa definição seria que a Etno-história estava próxima de uma “história dos povos sem história”.

Cavalcante (2011) destaca, ainda, que os primeiros passos que a Etno-história deu foi percorrido pela antropologia, mas com o passar do tempo vários historiadores contribuíram para aumentar esses dados e, também, dentre outros pesquisadores em outras linhas de pesquisa, assim a Etno-história caminhou para conseguir se consolidar como um método de estudo. Foi só a partir de 1950 que efetivamente a Etno-história conseguiu se desenvolver na América do Norte tanto como disciplina como por método. E que logo após vários debates, na América do Norte, a Etno-história conseguiu se identificar como conceito de um método interdisciplinar, isso porque o termo disciplina foi julgado como inapropriado pela maioria dos especialistas para denominá-la (p.352).

No início dos anos 1980, que os Estados Unidos, se deu por encerrado esse assunto, a respeito da problemática da definição do que é Etno-história.

“Apesar do exposto, não se deve pensar que a refutação da Etno-história como disciplina independente tenha acontecido pela simples falta de acordo entre seus adeptos oriundos de disciplinas diferentes. Se de fato há discordâncias entre eles, também é preciso destacar as questões ideológicas e epistemológicas envolvidas no assunto que sustentam a ideia de que a Etno-história não pode ser tomada como uma disciplina.” (CAVALCANTE, 2011, p.354).

Pois, segundo Cavalcante (2011), as discussões procuravam responder se a Etno-história era uma disciplina independente, ou mesmo uma sub-disciplina da antropologia ou mesmo da história, ou uma técnica especial de análise de dados ou ainda uma maneira convincente de fornecer dados para outras disciplinas. Também se discutia que se a Etno-história estava mais ligada à antropologia ou com à história, ou se era simplesmente uma espécie de “terra de ninguém”. Discutia, também, se se comportava a descrição etnográfica das culturas históricas e a chamada etnografia histórica e ainda se essas duas em contraposição de estudo das mudanças culturais a partir dos primeiros contatos com os europeus eram ramos diferentes de Etno-história, porque segundo o autor, aparentemente não

houve um acordo sobre essas questões, ainda segundo a análise de Bryde, Trigger *apud* CAVALCANTE (2011).

Já é muito conhecida a clássica e aparentemente superada dicotomia entre antropologia e história que, no século XIX se definiam a partir de seus objetos de estudo, pois a primeira se dedicava ao estudo das culturas nativas não-ocidentais consideradas inferiores e estáticas, culturas históricas, de acordo com Cavalcante (2011). Já a segunda, que é a História devia se preocupar com as culturas de origem europeia ávidas pela mudança e especialmente letradas, o que permitia produzir e deixar muitos documentos escritos sobre o próprio passado. Essa distinção entre as duas disciplinas estava ligada sem dúvida nas ideais expansionistas e racistas presentes nas ciências sociais de modo geral, pois durante o século XIX e que fundamentaram discursos sobre a colonização da América, além de, em parte, se tinha se sustentado os ataques neocoloniais daquele século, especialmente em relação com à África. Todavia, a autora afirma que houve um acordo, que se considerou a Etno-história como uma metodologia que utiliza documentos e tradições orais para se estudar as transformações nas culturas das sociedades sem escrita na América, sobretudo no período posterior ao processo de conquista europeia da América.

No Brasil Cavalcante (2011), os estudos sobre história indígena só veio a começar a partir da década de 1990, e, com isso, foi vivenciando uma grande efervescência de significativo número de trabalhos publicados e, também, pelo crescente número de dissertações e teses que abordaram as mais diferentes questões em diferentes programas de pós-graduação do país. Não só isso, como também, os vários grupos, linhas, laboratórios e núcleos de pesquisa em diferentes instituições universitárias brasileira. Com tudo a autora destaca que muitos destes trabalhos são identificados como filiados à “história indígena”, outros à “Etno-história”, pois esses dois conceitos são utilizados para designar diversas pesquisas que envolvem questões ligadas aos indígenas com abordagens históricas. Mas apesar disso, nem sempre esses tais conceitos são apresentados com clareza, considerando que eles podem se desdobrar nas várias diversas semânticas, especialmente o conceito de “Etno-história”, pois alguns de seus usos podem ser conduzir a imbróglis. (CAVALCANTE, 2011, p.350).

3. ETNO-HISTÓRIA POTIGUARA

A etnologia dos Potiguaras, de acordo com Cardoso e Guimarães (2012), são provavelmente os únicos dentre os povos indígenas situados no Brasil que vivem no mesmo local desde a chegada dos colonizadores há 500 anos.

[...] A bibliografia e os documentos sobre a história do atual Estado da Paraíba evidenciam, desde as notícias mais remotas após o descobrimento do Brasil, à presença dos Potiguara no litoral paraibano, mais notadamente, na Baía da Traição. A permanência, contudo, se deu à custa de residência às investidas de diversos invasores [...] (Cardoso e Guimarães, 2012, p. 15).

Os Potiguaras resistiram às várias tentativas de conquista do seu território, com sua bravura guerrilhavam e em consequência, dessas lutas se fortaleciam cada vez mais, foi travada através das diversas formas de resistência.

Então a compreensão da história a respeito dos povos indígenas que viviam e vivem no Nordeste é que parte de uma grande diversidade étnica, que se constitui mediante ao longo de sua interação com os vários povos indígenas existente no local, como também com os conquistadores naquela época. Mas os conquistadores viam essa unidade histórica e etnológica através do signo de marginalidade, que até hoje em dia, muitas pessoas têm essa mesma visão a respeito dos indígenas, pois essa mesma visão foi se passando ao longo do tempo para seus descendentes. Com isso, ocorreu à generalização do conhecimento colonial para os povos indígenas através da “naturalização” desse estigma, como se todos os povos indígenas tivessem uma homogeneidade cultural e linguística. Contudo havia uma diversidade de povos indígenas naquela época, com suas próprias cultura e linguagem. Em consequência disso, até os Potiguara carregaram até hoje esses signos, segundo Carvalho (*et all* 1992, p.431).

Os Potiguaras tiveram nos primeiros anos da conquista de seus territórios pelos europeus, guerras cruéis com outros grupos indígenas, pois os mesmos dominavam do Rio Grande até a Paraíba. Esses grupos viviam sempre em grandes embarcações ao longo da costa litorânea do Nordeste, assaltando no decorrer que subia o litoral, e em consequência disso, muitos morreram nas frequentes guerras, mas aqueles que restaram dessas guerras se misturaram como escravos ou por casamentos.

Já no final do século XVI a costa toda já havia sido conquistado, acabou que em pouco tempo as terras de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande teria sua paz quebrada com a chegada dos franceses que por sua vez se aliaram com os Potiguaras contra os portugueses, entretanto

em 1584 Diego Flores conseguiu expulsar os franceses, contudo só se efetuou 1585 a conquista da Paraíba, devidos as desavenças que tinham os espanhóis e portugueses, de acordo com Serafim Leite apud Carvalho *et al* 1992, p.437.

No século XVII, ocorre a chegada da presença holandesa ao Nordeste, ela teve pouco tempo na Bahia, diferente do que aconteceu com a capitania de Pernambuco, onde se instalou, e onde a Companhia das Índias Ocidentais desenvolveu um projeto comercial, e assim assegurando o monopólio aos seus sócios, através de mediante autorização e os auxílios públicos das Províncias Unidas.

Segundo CARVALHO; DANTAS; SAMPAIO (1992) , essas Províncias Unidas eram o Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, em consequência disso o país, no período, estava dividido entre dois poderes opostos.

Naquela época, o Rio Grande, a Paraíba e Pernambuco estavam sobre o domínio dos Potiguaras, os do Rio Grande costumavam viajar uma ou duas vezes no ano para a capitania de Pernambuco, principalmente durante a seca, pois eram privados de água fresca. Já, no Ceará ocorria muitas desavenças entre os indígenas, incluindo os Potiguaras, com os portugueses, com isso, acabou alcançando um ponto crítico em 1638, foi aí que ocorre a primeira solicitação dos indígenas aos holandeses, para se tornar uma frente forte contra os portugueses que estavam ali na época, segundo (op. cit.:90), citado por (CARVALHO; DANTAS; SAMPAIO, 1992, p.439).

Contudo, pouco tempo depois, em 1640, ocorreu o aumento da população indígena na região do Ceará, criando assim graves inconvenientes para os habitantes das aldeias estabelecidas na região, entretanto, ocorreu o contrario na região do Rio Grande, pois sua população acabou quase se extinguindo, de tão baixa que estava, então em consequência disso, os indígenas levaram ao Grande Conselho Holandês, uma ideia de se criar um aldeia no local, para que os habitantes do Ceará que quiser sair da região, pois a região do Rio Grande estava vulnerável ao inimigo português, de acordo com (op. cit.: 92), citado por (CARVALHO; DANTAS; SAMPAIO, 1992, p.439).

Segundo Willeke (1974) apud CARVALHO; DANTAS; SAMPAIO, (1992, p.441), no intervalo que vai de 1619 a 1679 os franciscano deixaram de missionar, e a razão fundamental disso, foi a invasão holandesa que, até 1654, paralisaria as ações desses religiosos no Nordeste. E em consequência disso, ocorreu que durante a segunda metade do século XVII, esses religiosos exercerão outras atividades, como ajudar as tropas coloniais, com os índios batizados e com outras tribos para estender o domínio dos portugueses sobre o sertão do Nordeste, (CARVALHO; DANTAS; SAMPAIO, 1992, p.441),.

Então Studart Filho (1966, p.62) apud CARVALHO; DANTAS; SAMPAIO (1992, p.442), comenta que se iniciou em 1687 uma reação ao movimento expansionista dos

portugueses sobre as terras indígenas, essa reação foi denominada a Guerra dos Bárbaros, Levante Geral dos Tapuia ou Confederação dos Kariri, isso ocorreu logo após a vitória sobre os holandeses e que só se encerrará no começo do século XVIII.

De acordo com CARVALHO; DANTAS; SAMPAIO, (1992, p.444), ao longo do período que corresponde entre 25 de julho de 1595 e 7 de junho de 1755, os aldeamentos estiveram sob a administração temporalmente dos missionários, então a partir desta última data os religiosos limitava-se aos encargos da ordem espiritual, e do governo dos aldeamentos, sendo eles delegados aos chamados “principados”, que eram os chefes indígenas tradicionais.

CARVALHO; DANTAS; SAMPAIO, (1992, p.444), afirma que pelas leis elaboradas neste mesmo ano, se estabeleceu-se que as aldeias mais populares seriam elevadas ao nível de vilas e de municípios e que as terras de uma determinada comunidade indígena seriam distribuídas para cada família. E com decorrência dessas modificações introduzidas, no início foi limitada a duas missões, a do Grão-Pará e a do Maranhão, então em 7/6/1757, foi implantada, pelo Diretório Geral dos Índios, que reformava o regime de 1694 e criava um novo governo indígena. Em consequência disso, (CARVALHO; DANTAS; SAMPAIO, 1992, p.444) diz que essas novas medidas culminaram para a expulsão dos jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios, pela força da Lei de 3/9/1759. Todavia, tudo isso implicou novas repercussões, de sua maioria negativas, para os índios, e eles sentiram isso pelos dois séculos seguintes de acordo com (CARVALHO; DANTAS; SAMPAIO, 1992, p.444).

Com isso, tendo os indígenas enfrentado as compulsões decorrentes da implantação do projeto colonial português, os índios que habitavam a região Nordeste chegaram, ao século XIX vivendo as mais diferentes situações. Que em meados do século XIX, se elevava a mais de uma meia centena o número dos aldeamentos, que se espalhavam pelas mais variadas províncias nordestinas, de acordo com as indicações dos mapas da Secretaria de Estado de Negócios do Império.

Então em reconhecimento a identidade indígena de seus habitantes o Estado brasileiro, fez a exemplo de que o Estado português, dispensar tratados especiais mediante ao direito de propriedade coletiva de uma terra, isenção de tributos, gratuidade dos serviços religiosos, administração específica exercida por diferentes agentes sociais, civis ou religiosos, que por sua vez gerenciariam os bens das aldeias e intermediariam as requisições de índios para o trabalho e a participação nas atividades militares. Mas, além disso, tudo, tinha também um acervo de experiências comuns, cotidiano vivido e historicamente construídas e reconstruídas,

tendo também referências das tradições culturais dos grupos indígenas aí reunidos nos aldeamentos nas diferentes regiões onde ficavam, então tomavam desses habitantes e com quem viviam em contato, segundo (CARVALHO; DANTAS; SAMPAIO, 1992, p.446). Em consequência disso, os viajantes europeus deixavam descrições que eram quase sempre sombrias, enfatizando a decadência e a apatia da população indígena que viviam nessas aldeias, que eram marcadas pelo conformismo e aceitação do destino inexorável de aniquilamento que viviam, de acordo com (CARVALHO; DANTAS; SAMPAIO, 1992, p.446).

3.1 Os Potiguaras na Paraíba

Para Cardoso e Guimarães (2012) na história mais recente dos Potiguaras- PB (na cidade de Rio Tinto), as suas terras foram ocupadas por grandes proprietários, ou seja, pelas famílias das elites do século XX que se instalaram naquelas terras, dentre essas famílias estava a família Lundgren que tinha muito poder naquela época, como também, eram donos da Companhia de Tecido Rio Tinto, à CTRT, que era conhecida pelo Brasil inteiro na época, pois, por meio da cadeia de lojas “Casas Pernambucanas”. Em consequência disso, tiveram sucesso nos negócios, os Lundgren, mas, cada vez mais que aceleravam no progresso mais invadiam o território indígena dos Potiguaras, com isso não era, apenas, só os Potiguaras que sofriam com isso, mas também ocorria a destruição da fauna e flora.

Essa fábrica de tecidos se instalou as margens do rio Mamanguape, ao limite sul do atual território indígena Potiguara, então em 1918, essa fábrica iniciou a drenagem e a canalização das águas de uma lagoa que existia ali, como se não bastasse, em no final do ano de 1925, começaram a se apropriar de grande parte do território Potiguara, com isso, ela passou a atrair mão – de – obra, e muitas dessas, mãos de obra eram os próprios Potiguaras, empregando eles na construção de roçados e na abertura das estradas e na sua conservação.

“A Companhia Rio Tinto invadiu enormes extensões da área indígena, principalmente para cortar madeira de lei para a construção da fábrica, e de lenha para alimentar suas máquinas. Grande parte da madeira das matas, hoje quase inexistentes, começou a ser sobre-explorada na época da Companhia. A época da chegada da fábrica de tecidos é lembrada como um período de muita violência e terror. Os índios eram expulsos de suas terras e os que resistiam eram reprimidos com violência pelos funcionários da empresa. As roças eram destruídas e o acesso aos recursos ambientais foi restringido, como rememoram os mais velhos:” (CARDOSO; GUIMARÃES, 2012, p.16)

Mas, ainda, na década de 30 do século XX, instalou um posto do Serviço de Proteção ao Índio na Aldeia São Francisco, nessa ocasião, esse posto era encarregado de fazer denuncia a respeito do devastando das matas que ocorria na área, pois, a grande quantidade de árvores cortadas servia para o fornecimento de madeira da Companhia Rio Tinto. Em consequência, desse desenfreado corte intensivo de madeira, acabou por causar a extinção da caça, também se prejudicou a proteção das nascentes, contudo, mesmo com isso a fábrica na parou, pelo contrário, ela na década de 70 já ocupava uma área de 80 Km quadrado de terras dos Potiguara, pois as terras do tabuleiro e as matas da região, eram repletas de madeira valiosa.

Portanto de acordo com a memória dos Potiguaras, no final dos 1970, foi que deu a maior destruição das matas e dos tabuleiros, que viriam a ser por causa da chegada das usinas de cana – de – açúcar. Contudo, no início dos 70 a Vila da Baía da Traição se transformou em instância de veraneio para as famílias de elite, ou seja ela se transformou numa cidade turística para a elite, mas a elite não contava que graças a isso, pois esse evento contribuiu para a configuração do território indígena Potiguara Na década de 80, quando a área indígena Potiguara veio a ser demarcada, foram excluídos dela 250 ha reservados a expansão da cidade;.

Por conta desses fatores, os anos 70 e 80 acabaram por ter um aumento da pressão sobre o território indígena Potiguara. Pois já não bastava essas fábricas no seu território, veio mais uma fábrica, que foi a instalação definitiva das destilarias de álcool na região, causando mais consequência no território Potiguara, no entanto dessa vez foi mais drásticas. Sua primeira consequência foi a implantação da agroindústria dentro do território Potiguara, nas margens do rio Camaratuba, com meia a toda mobilização feita pelos Potiguara pela sua demarcação de terras indígenas. Já a segunda consequência foi a instalação das usinas, que pelo que se parece não foi um fato isolado, mas sim fazia parte do contexto promovido pelo Programa Nacional do Álcool que foi lançado em 1975 pelo governo brasileiro da época. Com isso, se plantou dezenas de plantações de cana – de – açúcar, sua produção ocupava a maior parte do que originalmente eram as matas e os tabuleiros, que por sua vez eram desmatados e limitados as áreas de coleta de mangaba, caju e batibutá, pois as invadiram mais ainda do território Potiguara, para elas produzirem sua matéria prima segundo fala CARDOSO e GUIMARÃES (2012).

Perceber-se que os povos indígenas quase desapareceram da face da terra como consequência do que chamamos em dia hoje, de um eufemismo envergonhado, “encontro” entre duas sociedades uma do mundo Antigo e a outra do Novo Mundo. Com isso esse

morticínio nunca visto foi um fruto de um processo completo que cujo seus agentes foram homens com sua doutrinação religiosa e microorganismos com suas epidemias, mas cujos seus motores foram os últimos que poderiam ser reduzidos em dois, que é a ganância e ambição. De acordo com CUNHA (1992), essas formas foram misturadas nas culturais de expansionismo que se denominou o chamado capitalismo mercantil. Motivos esses mesquinhos e de uma política de extermínio, que conseguiram o resultado espantoso de reduzir uma população que estava na casa dos milhões em 1500 aos porcos 200 mil índios que hoje habitam o Brasil.

Hoje em dia, em pelo século XXI, os estudos que o IBGE, a FUNAI, como outros órgãos públicos ou privados, respeito dos indígenas, pode se ver no Censo Demográfico de 2010 que o IBGE fez. Pode se ver nos dados que houve um avanço em relação com a valorização da identidade daqueles que são indígenas, pois independentemente de qual seja área geográfica onde reside a população indígena, o Censo Demográfico de 1991 revelou que em 34,5% dos municípios brasileiros residia pelo menos um indígena autodeclarado, já no Censo Demográfico de 2000, esse número cresceu para 63,5%, mas, segundo os dados mais recentes, do Censo Demográfico de 2010, acabou atingiu 80,5% dos municípios brasileiros. Esse espalhamento da população indígena foi mais significativo na Região Nordeste, que de acordo com a tabela 1 logo abaixo, essa região passou de 29,0% em 1991, para 78,9% em 2010.

Tabela 1 – Proporção de municípios com pelo menos uma pessoa autodeclarada indígena, segundo as Grandes Regiões – Brasil - 1991/2010

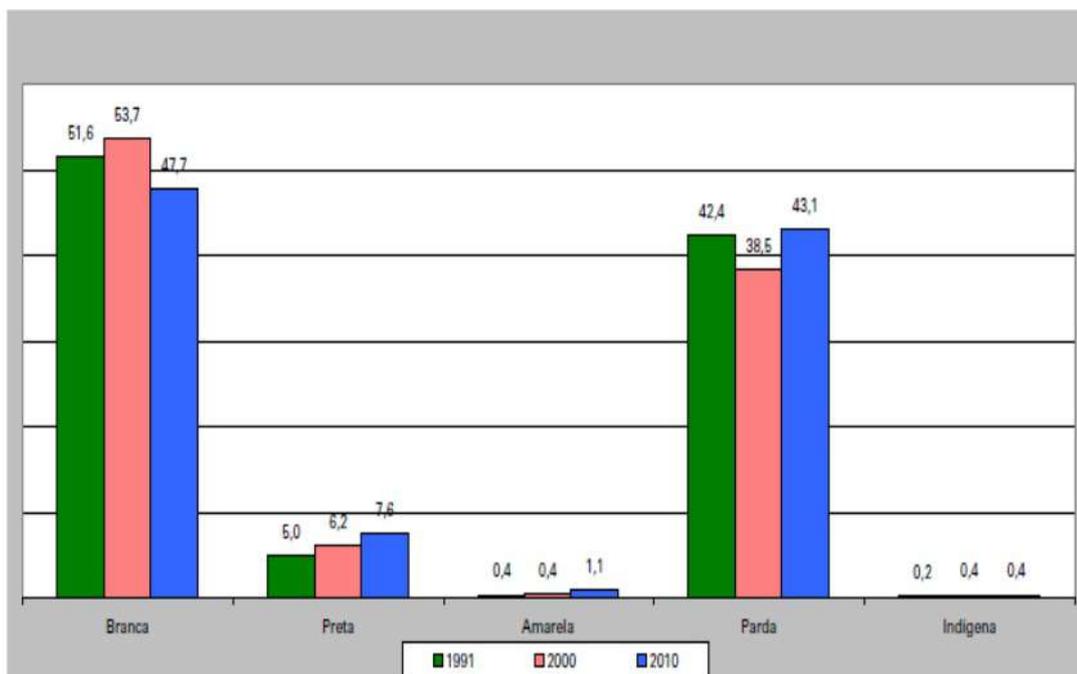
Grandes Regiões	Proporção de municípios com pelo menos uma pessoa autodeclarada indígena		
	1991	2000	2010
Brasil	34,5	63,5	80,5
Norte	64,4	80,0	90,2
Nordeste	29,0	59,1	78,9
Sudeste	27,6	63,3	80,6
Sul	39,3	59,6	75,8
Centro-Oeste	47,8	74,7	89,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Já em relação ao critério de grupos étnicos, o Censo Demográfico de 2010, mostra que a população brasileira se declara 47,7% branca, 7,6% pretos, 1,1% amarelos, 43,1% pardos e 0,4% indígena, segundo de acordo com a ordem apresentada no questionário. Contudo em relação ao passado, a maioria da população no Brasil era de povos indígenas, mas devido aos conquistas, com seus massacres, a população indígena chegou atualmente nesse dado descrito na tabela.

Como podemos ver no gráfico 1 abaixo, que ocorreu um aumento de declarados, preto, amarelo, pardo e indígena, mas já, nos declarados branco houver uma diminuição. Se pode perceber que os que se consideram indígenas são poucos hoje em dia, pois quando os conquistadores chegaram ao Brasil, os indígenas superavam em maioria em relação aos conquistadores. Também percebe o massacre que os conquistadores fizeram aos indígenas.

Gráfico 1 – Distribuição percentual da população residencial, por cor ou raça – Brasil - 1991/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Entretanto já nas autos declarações indígenas aumentaram substancialmente entre 1991 e 2000, mas enquanto, em 2010, se mantiveram em patamares similares, como vemos na

tabela 2 abaixo do Senso Demográfico de 2010. Ou seja, na tabela percebe-se haver um aumento dos indígenas se reafirmando como indígenas.

Tabela 2 – Taxa média geométrica de crescimento anual da população residencial segundo a situação do domicílio e a cor ou raça – Brasil - 1991/2010

Situação do domicílio e cor ou raça	Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente (%)	
	1991/2000	2000/2010
Total	1,6	1,2
Indígena	10,8	1,1
Não indígena	1,6	1,2
Urbana	2,5	1,6
Indígena	20,8	(-) 1,9
Não indígena	2,4	1,6
Rural	(-) 1,3	(-) 0,7
Indígena	5,2	3,7
Não indígena	(-) 1,4	(-) 0,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Contudo, na distribuição espacial da população indígena, ou seja, a região que vive os indígenas, na análise do Censo Demográfico de 2010, se observou que a Região Norte e o gabinete amazônico mantém a sua supremacia ao longo do tempo que ocorreu o Censo, com 37,4% dos autodeclarados, e seguindo logo atrás o Nordeste. Dentro indígena, em relação ao fator de onde se residem, com a maior participação de 33,7% está encontrada na Região Nordeste na zona urbana, enquanto que, na zona rural, está a Região Norte, que se manteve historicamente, com a maior concentração, com 48,6%, como se vê na tabela 3.

Tabela 3 – Participação relativa da população residencial autodeclarada indígena por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 1991/2010

Grandes Regiões	Participação relativa da população residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio								
	Total			Urbana			Rural		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	42,4	29,1	37,4	16,8	12,1	19,5	50,5	47,6	48,6
Nordeste	19,0	23,2	25,5	22,5	27,6	33,7	17,9	18,4	20,4
Sudeste	10,4	22,0	12,0	35,4	36,7	25,1	2,5	5,9	3,7
Sul	10,3	11,5	9,2	14,3	13,6	10,8	9,0	9,3	8,1
Centro-Oeste	17,9	14,2	16,0	11,0	10,0	10,9	20,1	18,8	19,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Na tabela 4 do Senso Demográfico de 2010 abaixo, se percebe que a população autodeclarada indígena por Unidades de Federação, ou seja o está que os indígenas vivem, na Amazônia fica em primeiro lugar com 168.680 mil, já a Paraíba fica décimo quarto lugar com 19.336 mil indígenas, no que se diz respeito ao total da população do estado Rondônia fica em primeiro com 11,0, como também em relação a população total do país com 6,1. Já a Paraíba fica em décimo segundo lugar tanto em relação ao total de população do estado, que é de 0,5, quanto no total da população do país, com 2,3.

Tabela 4 – População autodeclarada indígena, da participação relativa no total da população do estado e total da população autodeclarada indígena no País, segundo as Unidades DA Federação – 2010

Unidades da Federação	População autodeclarada indígena	Unidades da Federação	Participação relativa	
			No total da população do estado (%)	No total da população autodeclarada indígena do País (%)
Amazonas	168 680	Roraima	11,0	6,1
Mato Grosso do Sul	73 295	Amazonas	4,8	20,6
Bahia	56 381	Mato Grosso do Sul	3,0	9,0
Pernambuco	53 284	Acre	2,2	1,9
Roraima	49 637	Mato Grosso	1,4	5,2
Mato Grosso	42 538	Amapá	1,1	0,9
São Paulo	41 794	Tocantins	0,9	1,6
Pará	39 081	Rondônia	0,8	1,5
Maranhão	35 272	Pernambuco	0,6	6,5
Rio Grande do Sul	32 989	Maranhão	0,5	4,3
Minas Gerais	31 112	Pará	0,5	4,8
Paraná	25 915	Paraíba	0,5	2,3
Ceará	19 336	Alagoas	0,5	1,8
Paraíba	19 149	Bahia	0,4	6,9
Santa Catarina	16 041	Rio Grande do Sul	0,3	4,0
Acre	15 921	Espírito Santo	0,3	1,1
Rio de Janeiro	15 894	Santa Catarina	0,3	2,0
Alagoas	14 509	Sergipe	0,3	0,6
Tocantins	13 131	Paraná	0,2	3,2
Rondônia	12 015	Distrito Federal	0,2	0,7
Espírito Santo	9 160	Ceará	0,2	2,4
Goiás	8 533	Minas Gerais	0,2	3,8
Amapá	7 408	Goiás	0,1	1,0
Distrito Federal	6 128	São Paulo	0,1	5,1
Sergipe	5 219	Rio de Janeiro	0,1	1,9
Piauí	2 944	Piauí	0,1	0,4
Rio Grande do Norte	2 597	Rio Grande do Norte	0,1	0,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Já quando Senso Demográfico de 2010 fala dos municípios, ele diz que os 10 municípios que apresentaram maior proporção de indígenas no total da população, nos últimos 10 anos, o primeiro foi Município de Uiramutã (Roraima), nele observa-se o maior percentual que foi encontrado com 88,1%.

Mas convém também destacar que dois municípios do Estado da Paraíba estão em segundo Marcação e quarto lugares Baía da Traição no *ranking* que o Senso demográfico de 2010, como a ponta da tabela 5 abaixo. E é nós indígenas que vivem na Paraíba que vou contar um pouco a partir desse momento.

Tabela 5 – Municípios brasileiro com as maiores proporção da população indígena, por situação do domicílio – Brasil – 2010

Unidades da Federação	Municípios	Maiores proporção da população indígena (%)
Total		
Roraima	Uiramutã	88,1
Paraíba	Marcação	77,5
Amazonas	São Gabriel da Cachoeira	76,6
Paraíba	Baía da Traição	71,0
Minas Gerais	São João das Missões	67,7
Amazonas	Santa Isabel do Rio Negro	59,2
Roraima	Normandia	56,9
Roraima	Pacaraima	55,4
Acre	Santa Rosa do Purus	53,8
Roraima	Amajari	53,8
Urbana		
Paraíba	Marcação	66,2
Amazonas	São Gabriel da Cachoeira	57,8
Roraima	Uiramutã	56,9
Paraíba	Baía da Traição	42,2
Pernambuco	Carnaubeira da Penha	35,9
Alagoas	Pariconha	35,8
Amazonas	Santa Isabel do Rio Negro	31,6
Pará	Jacareacanga	22,0
Amazonas	Autazes	20,1
Roraima	Normandia	18,1
Rural		
Amazonas	São Gabriel da Cachoeira	95,5
Roraima	Uiramutã	93,0
Roraima	Pacaraima	91,7
Paraíba	Baía da Traição	89,1
Amazonas	Tabatinga	88,2
Paraíba	Marcação	84,2
Minas Gerais	São João das Missões	81,2
Mato Grosso	Campinápolis	80,0
Acre	Santa Rosa do Purus	78,7
Amapá	Oiapoque	77,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Então segundo Cardoso (2012, p.15) a Paraíba tem a população de aproximadamente 19 mil indígenas entre os habitantes das aldeias e das cidades de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, esses são os Potiguara, eles se concentram em uma área do litoral norte paraibano, que fica situada entre os rios Camaratuba e Mamanguape. Mas também, a um certo número que não é contabilizado de pessoas vivem ainda em outras cidades como Mamanguape, João

Pessoa e até mesmo no Rio de Janeiro ou no Rio Grande do Norte. Tendo um conjunto de aldeias que constituem em três Terras Indígenas, que são as TIs, nelas contém um total de 33.757 hectares. A primeira aldeia TI Potiguara tem uma população de 8.109 pessoas, já a segunda aldeia TI Jacaré de São Domingos tem uma população de 449 pessoas e a terceira aldeia TI Potiguara de Monte Mór tem a população de 4.447 pessoas.

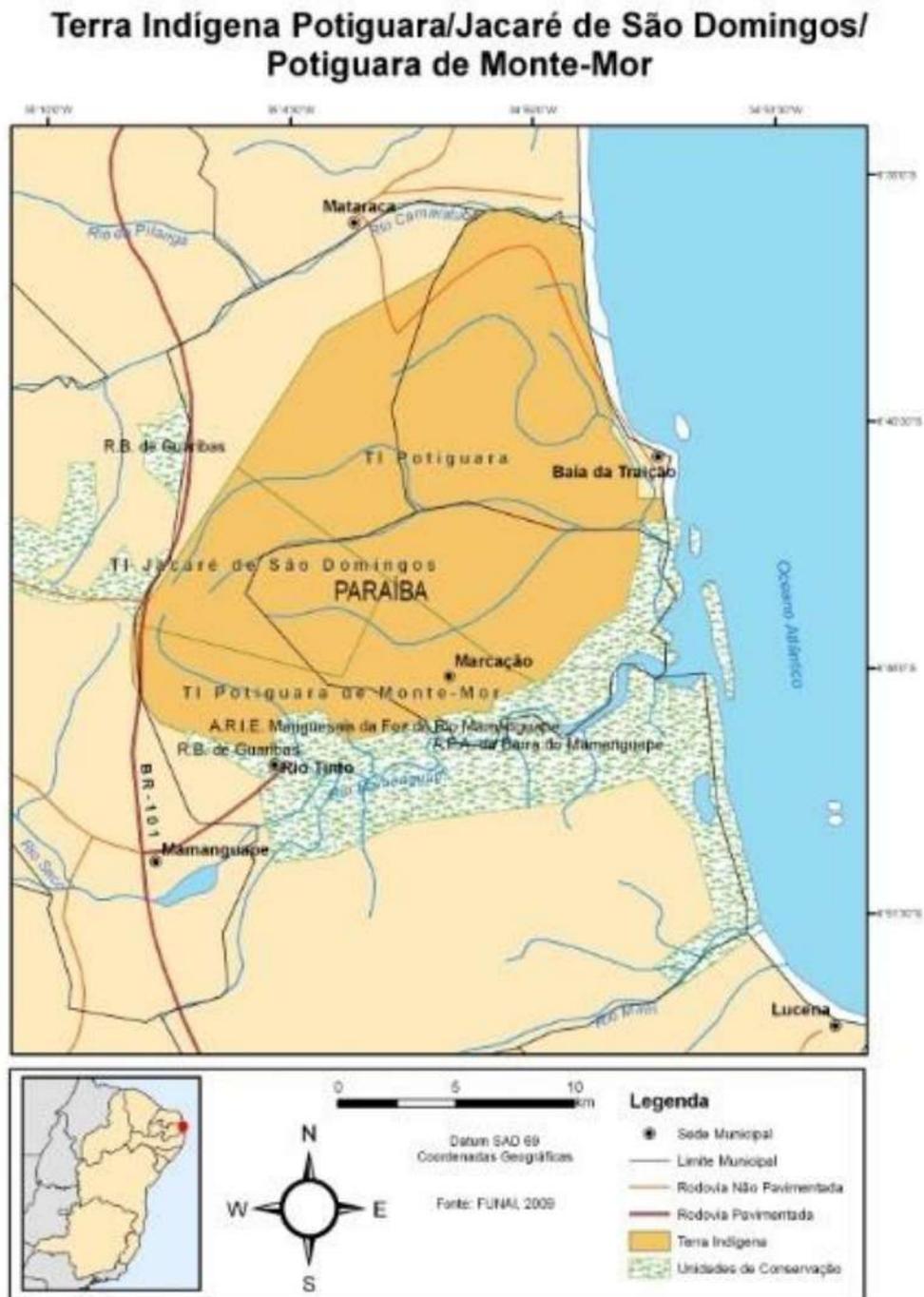
3.2 Estrutura e Território do Potiguara na atualidade

Cardoso (2012) fala que esse território está situado sobre a área dos municípios de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação, você pode ir pela rodovia PB-41 adentra as TIs Monte-Mor e Potiguara ligando a cidade de Rio Tinto a Baía da Traição, como também, outras estradas de terra recortam esse território indígena fazendo assim uma ligação com as aldeias entre si e dessas com os centros urbanos.

Mas além de contar com a infraestrutura dos centros urbanos, também a maioria das aldeias possui uma escola de ensino básico, um posto de saúde e casas de farinha. Como também, muitas das aldeias possuem igrejas sendo duas delas símbolos históricos e territoriais, que são a igreja de São Miguel, que é o mesmo nome que deu a aldeia, e a de Nossa Senhora dos Prazeres, na Vila de Monte-Mor.

Pode se ver no mapa abaixo a extensão dessas terras, segundo Fundação Joaquim Nabuco, e no site da FUNAI mostra que as terras demarcada da aldeia de Jacaré de São Domingos em Rio Tinto Marcação Paraíba e da aldeia DE Rio Tinto Marcação Baia da Traição também Paraíba está regulamentada, já a aldeia de Potiguara de Monte – Mor em Rio Tinto Marcação Paraíba está em fase Declara e a aldeia de Tabajara está na fase de estudo, mas em relação a modalidade, todas é tradicionalmente ocupada, ou seja, por tempo de vivencia nessa localidade, como pode se ver na tabela logo a baixo do mapa 1.

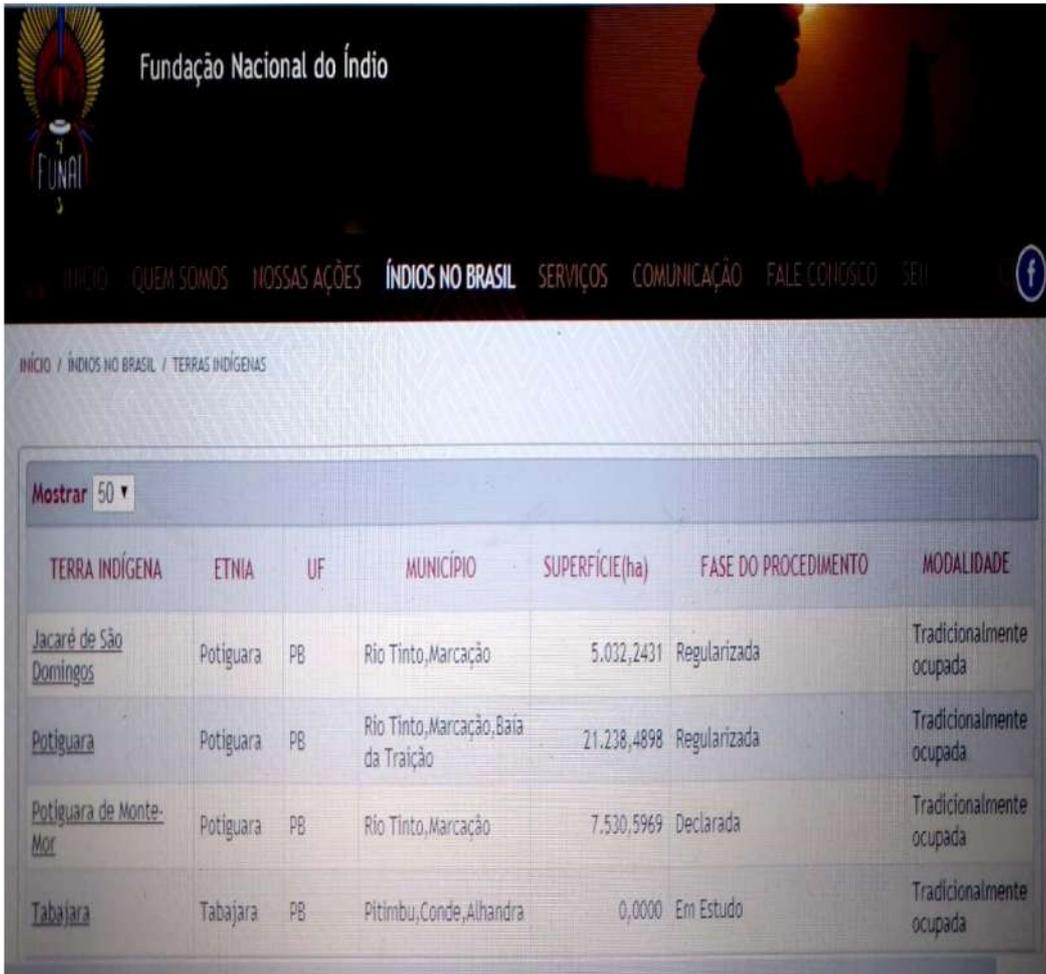
Mapa 1 – Mapa da extensão de terras indígenas Potiguara



Fonte: Disponível em:

http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=915:potiguara--jacare-de-sao-domingos--potiguara-de-monte-mor-pb&catid=65.

Tabela 6 – Brasil - Terras Indígenas – Paraíba



TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE(ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Jacaré de São Domingos	Potiguara	PB	Rio Tinto, Marcação	5.032,2431	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Potiguara	Potiguara	PB	Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição	21.238,4898	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Potiguara de Monte-Mor	Potiguara	PB	Rio Tinto, Marcação	7.530,5969	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Tabajara	Tabajara	PB	Pitimbu, Conde, Alhandra	0,0000	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada

Fonte: Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>

Mas isso só se deu, de acordo (CAVALCANTE , 2011, vol.30, p. 352) que cita (ROJAS, 2008; CARMACK, 1979; ASE, 2010, que diz que ocorreu um interessante fato histórico na contemporaneidade que foi apontado como o grande impulsionador do desenvolvimento dos estudos etno-históricos sobre as populações indígenas da América do Norte. Trata-se da proclamação, feita pelo Congresso dos Estados Unidos da *Indian Claim Act1*, que permitia que os indígenas reivindicassem compensações pelas terras das quais haviam sido retirados sem a existência de qualquer tratado. Também (CAVALCANTE , 2011, vol.30, p. 352) cita (ROJAS, 2008) que fala que essas reivindicações geraram grande demanda de pesquisas etno-históricas e que muitos pesquisadores, principalmente os antropólogos, que se envolveram nesses trabalhos. Com isso, inicialmente foram produzidos laudos que demonstravam que, em alguns dos casos, existiam tratados cujos termos

precisavam ser analisados, pois visto que possivelmente não haviam sido cumpridos e identificavam também as antigas localizações das terras exigidas, enfim, eles produziam, através de meio necessários de estudos diacrônicos, como também através de pesquisas que permitiam fundamentar as reivindicações indígenas bem como embasar as decisões do poder judiciário.

Ocorreu também no início do século XX, a criação do Serviço de Proteção aos Índios, o SPT, em 1910 por Souza Lima, no entanto o SPT acabaria se extinguido em 1966 por meio de acusações de corrupção e acabou sendo substituído em 1967 pela Fundação Nacional do Índio, a Funai, continuando com a política indigenista atrelada ao Estado e suas prioridades.

Segundo CUNHA (1992, p.16) em consequência disso, ocorreu que no fim da década de 70 multiplicam-se as organizações não governamentais de apoio aos índios, e no início da década de 80, e pela primeira vez, se organizou um movimento indígena de âmbito nacional. Por causa dessa mobilização foram obtidas as grandes novidades na Constituição de 1988, que abandona as metas e o jargão assimilacionistas e reconhecer os diversos originários dos índios, seus direitos históricos, à posse da terra de que foram os primeiros senhores. Foi garantido também especialmente em relação ao direito aos seus territórios tradicionais, conseguindo assim gerar uma grande demanda e valorização das pesquisas diacrônicas sobre os povos indígenas no país. Com isso conseguiu conduzir, a uma reflexões sobre a relevância social das pesquisas, bem como a uma necessária ética que deve estar sempre presente nas preocupações do pesquisador, de acordo com (CAVALCANTE , 2011, vol.30, p. 352).

Com isso houve generalização do termo, em todo o país, impulsionando a cobiça para a usurpação de territórios tribais. Mas há também o problema oposto de Grupos que já perderam quase totalmente as suas características étnicas e que procuram, após o processo do tempo, e tentava obter o direito de um pedaço de terra que possam ser utilizado para sua subsistência, de acordo com (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, Pág 33). Mas isso não aconteceu com a situação dos Potiguara daqui da Paraíba, pois segundo Cardoso (2012, p.21) fala que, em relação aos ambientes que os Potiguara vivem, eles acabaram adquirindo um conhecimento que vem acurando sobre os diferentes ambientes de seu território, ao logo do tempo, este conhecimento, se tonaram frutos de uma larga história de sociabilidade com o espaço territorial, não só com os humanos, mas também com os outros seres e entidades que coabitam com eles, que faz parte de suas crenças.

Com esses conhecimentos oriundos eles tiveram experiência produtiva na busca por alimento ou produtos para comercialização, contudo também de uma vivência emotiva que acabou gerando uma relação de responsabilidade perante os meio ambientes, bem como tendo

uma obtenção de conhecimento pelo mero prazer de conhecer. Com tempo ocorreu o refinado desses conhecimentos, sobretudo em relação a uma inter-relação entre o relevo, a terra, a vegetação, a fauna e os corpos d'água, com isso, esses conhecimento oriundos ajuda nas tomadas de decisões sobre como usa os espaços em que eles vivem e também de como estão relacionados com os conhecimentos do tempo em todos os seus aspectos climáticos, estacionais, astronômicos e biológicos, esses relação pode se ver na tabela 7 abaixo.

Tabela 7 – Relação entre relevo, terra e ambiente na variação topográfica nas terras indígenas Potiguara, segundo os conhecimentos indígenas

Posição no relevo	Tipo de solo	Ambientes
Morro	Areia preta com barro/Barro vermelho	Mata, Capoeiras
Chã	Areia preta com barro Areia Branca	Mata, Capoeiras, Roça, Cana, Casas Tabuleiro, Fontainha, Cana, Roça, Casas
Vale		
Ladeira	Areia preta com barro/ Barro vermelho/ Piçarro Areia preta com barro	Mata, Capoeira, Roça, Cana
Baixio	Lama com areia Massapê Lama com areia Lama e areia Areia com lama Lama	Mata, Capoeira, Rça, Cana, Casas Paũ Várzea Pantanal Apicum Mangue
Grota	Barro vermelho	Mata
Praia	Areia amarela	Praia
Barreira	Barro vermelho/Barro branco	Praia
Maré	Areia com lama	Croa
Barra	Pedral	Arrecifes

Fonte: Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba – 2012

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo proporcionou entender um pouco sobre o surgimento da Etno-história, o que ela é, e seu significado para a História indígena, também possibilitou compreender como se construiu e se desenvolveu a História dos Potiguara na Região Nordeste do Brasil. Através dos dados do Senso Demográfico que o IBGE fez em 2010, pode se perceber que um pouco da situação que os indígenas e os Potiguara estão atualmente.

Percebemos, portanto, que a etno-história como metodologia de pesquisa favorece o preenchimento de uma certa lacuna historiográfica, ao se debruçar na história dos povos indígenas, em especial, no que tange suas práticas sociais e formas de resistência. A relevância da temática, em especial, nos dias atuais é indiscutível, haja vista que no presente momento temos como projeto para ao futuro governo presidencial a incorporação destas populações ao sistema brasileiro/ capitalista de vida, com a alegação de que não precisam viver como antes. Nosso questionamento surge exatamente da percepção de que, se essas populações forem (finalmente, segundo os conquistadores) incorporados à exploração direta do sistema, irão ser aniquilados, levando todo o conhecimento e a sua cultura. O homem branco, ocidental, não evoluiu (como o projeto de civilização tenta demonstrar), a evolução e uma real mudança seria a capacidade dos povos “conquistadores” de respeitar e deixar estas populações viverem de posse de suas terras que garantam o seu sustento.

Dessa forma, concluímos que a temática deve ser explorada e ter as discussões ampliadas.

APONTAMENTOS E PERSPECTIVAS SOBRE A HISTÓRIA DOS ÍNDIOS POTIGUARAS NA PARAÍBA

ABSTRACT

The History of the Potiguaras Indians in Paraíba has been told over time, with different stages, in relation to the positioning and the way of being to perceive the performance of the conquistador (Portuguese). Differences are correlated, especially in relation to the practices of conquest, goals and losses of the indigenous population, since what was considered in the sixteenth century as a courageous process of conquest is nowadays perceived in studies related to ethnohistory, as a practice of genocide motivated by the enslavement of this population. The fact is that these people, described extremely bravely by the accounts of sixteenth-century explorers, continue to resist and exist today. And it was precisely for this force and the forms of survival found by the Potiguar population in Paraíba that motivated our research. This in turn is based on ethnohistory with the use of official documentary sources, Demographic Senso information made in 2010 by the IBGE and on the FUNAI website, among the authors who dialogued with our sources we can highlight: CUNHA (1992); CARDOSO (2012); CARVALHO (1992).

Keywords: Ethno-history; Potiguaras; Paraíba.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010** primeira considerações com base no quesito cor ou raça, Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso.html?busca=1&id=1&idnoticia=2119&t=entre-1991-2010-populacao-indigena-se-expandiu-34-5-80-municipios-pais&view=noticia>>.

Acesso em: 01 mai. 2018, as 22:00 exemplo.

BRASIL, Fundação Nacional do Índio – Funai. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

BRASIL, Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=915:potiguara-jacare-de-sao-domingos--potiguara-de-monte-mor-pb&catid=65>. Acesso em: 01 mai. 2018.

CARDOSO, Thiago Mota; Guimarães, Gabriella Casimiro. Os Potiguara. In: _____ (Org.) **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba.** Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. p. 15/21.

CARVALHO, Maria Rosário G.; Dantas, Beatriz G.; Sanpaio, José Augusto L. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro um esboço. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 431/456.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Ethnohistory and indigenous history: questions about concepts, methods and relevance of research.** *História* [online]. 2011, vol.30, n.1, pp.349-371. ISSN 1980-4369. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742011000100017>.
disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742011000100017&script=sci_abstract

CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). Introdução a uma História indígena. In: _____. **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p.9/24.

SALZANO, Francisco M.. O velho e o novo: Antropologia física e história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 27/36.